

O REPUBLICANISMO ESPANHOL E O EXÍLIO FILOSÓFICO DE 1939

Aluno: Luiza Athayde de Araujo
Orientador: Marcello Ciotola

Introdução

Durante o primeiro ano da pesquisa foi feito um estudo inicial do contexto histórico no qual se deu a Guerra Civil espanhola, do conseqüente exílio de diversos filósofos de variadas correntes e escolas filosóficas espanholas, assim como do início da resistência ao franquismo a partir do movimento estudantil.

Igualmente, se procurou mapear quem eram os filósofos espanhóis que foram afetados pela Guerra Civil e qual era seu pensamento, sejam eles os filósofos exilados, os filósofos ligados ao governo de Franco, ou os filósofos da chamada "Terceira Espanha", que, enquanto não exilados fisicamente da Espanha, lá ficaram, apesar de não compartilhar da ideologia franquista, alguns deles sofrendo uma espécie de "exílio virtual".

Ademais, se procurou dar ênfase no estudo da vida e das circunstâncias de José Ortega y Gasset, célebre filósofo espanhol que influenciou não apenas a filosofia, mas diversas áreas do conhecimento na academia espanhola, e, inclusive, a política daquela época.

Finalmente, se deu início a um estudo da filosofia do direito e dos iusfilósofos ligados a falange, a Igreja Católica e a Franco, que procuravam fundamentar política e juridicamente os acontecimentos que tomaram lugar de 1936 em diante, e que, através da filosofia do direito, criaram uma "Nova Espanha": totalitária, tradicional, católica e nacionalista.

Objetivos

A pesquisa visa entender e conhecer a filosofia espanhola que foi produzida tanto na Espanha quanto na América Latina antes, durante, e após a Guerra Civil espanhola. Ademais, a pesquisa tem por objetivo a realização de um estudo histórico do contexto no qual foi produzido este pensamento, nas influências político-sociais que sofreu, assim como no reflexo que estas circunstâncias tiveram na Filosofia do Direito pensada para a "Nova Espanha", construída pelos seguidores de Franco.

Metodologia

Durante seu primeiro ano, a pesquisa foi desenvolvida através da leitura de livros escritos por filósofos espanhóis, alguns deles fontes contemporâneas aos fatos, e outros analistas mais recentes. Estes livros, no entanto, não possuem um caráter estritamente filosófico, mas um caráter histórico, que reflete o objetivo da pesquisa pela contextualização e o entendimento da circunstância na qual aqueles filósofos desenvolveram seu pensamento.

Primeiramente, foi estudada a obra *El exilio filosófico en América : los transterrados de 1939* de José Luis Abellán, autor pertencente à geração de estudantes 1956 que começa a resistência contra o franquismo [1]. A obra faz um mapeamento de diversos filósofos espanhóis que se viram exilados da Espanha, seja por decisão arbitrária do novo governo ou pelos riscos que corriam caso continuassem em seu país de origem.

No livro, Abellán divide os filósofos exilados em diversos grupos e capítulos, os analisando um a um. Primeiramente, apresentando um histórico de suas vidas e contexto, e, um segundo momento, procurando resumir sua filosofia e seus trabalhos.

Analisando estes dois pontos sistematicamente é possível perceber dois importantes pontos: em primeiro lugar, a influência da convivência com José Ortega y Gasset em suas vidas—seja a convivência direta, como se deu com seus seguidores, seja a convivência indireta. É possível perceber que Ortega irá ter um impacto também em seus antagonistas, e será um ponto de referência para aquela geração.

Em segundo lugar, deve-se destacar a diversidade e a importância acadêmica e cultural dos trabalhos daqueles intelectuais que irão deixar a Espanha. Introduzindo a obra, Abellán ressalta que não apenas filósofos deixam a Europa, mas pensadores de todos os tipos, como sociólogos, advogados, psicólogos, cientistas políticos, historiadores, e outros, entre os quinhentos mil cidadãos exilados.

Através da análise do trabalho dos filósofos, é possível perceber que são dos mais variados, e de diferente correntes políticas. Enumerados dentre os exilados estão: seguidores da chamada "Escola de Madrid", como José Gaos e Luis Recaséns Siches; filósofos catalães, como Eduardo Nicol e José Ferrater Mora; socialistas, como Fernando de los Ríos e Luis Araquistain; seguidores do pensamento delirante, como Maria Zambrano; entre muitos outros.

Muitos destes pensadores, ao virem para a América hispânica, tiveram um grande impacto na vida intelectual deste continente. Na obra, Abellán ressalta a expressão usada por José Gaos em relação aos exilados: "*los transterrados*", por entender a América como uma espécie de continuação da Espanha, por haver recepcionado aqueles pensadores de forma ampla, e permitido uma nova e maior aproximação entre a América hispânica e a antiga Metrópole.

Dois filósofos exemplificativos deste impacto são José Gaos e Eduardo Nicol, os dois que viveram seu exílio no México—que foi, incidentalmente, o país que mais *transterrados* acolheu, principalmente por conta da política do então presidente Lázaro Cárdenas, quem, em nome dos princípios de equidade e justiça na esfera internacional, e, prevendo uma derrota do republicanismo na Guerra Civil espanhol, proferiu a seguinte frase: "*Si la República española es vencida, México abrirá sus puertas a todos los republicanos que quieran venir*" [2].

Enquanto no México, Gaos e Nicol não apenas publicaram diversas obras de sua autoria, como também traduziram importantes obras filosóficas européias como *O ser e o tempo*, de Heidegger e *O mito do Estado* de Cassirer, que, até então, só estavam disponíveis no original para os alunos de *habla hispânica*. Os dois filósofos eram ligados à editora *Fondo de Cultura Económica*, que será uma das muitas editoras que irá atuar no México e publicar diversas obras dos exilados.

Os *transterrados* eram, em geral, professores, tendo sido muitos deles catedráticos quando na Espanha, e, sendo assim, deram aulas e ministraram cursos e seminários de pequena duração por toda a América, contribuindo em muito para a formação acadêmica de diversas gerações, e, como mencionado, estreitando as relações entre ex-colônias e Metrópole, caracterizando o que alguns batizaram o "*segundo descubrimiento de América*", e que Abellán irá caracterizar através das palavras de Carlos Martínez: "*Los españoles exilados redescubrieron muchos aspectos de la América de origen español, estudiaron su historia, trataron de desentrañar el sentido de su evolución cultural y se acercaron con interés, tratando de conocerlos mejor, a sus héroes y a sus hombres de pensamiento*". [3]

Finalmente, é preciso ressaltar que em uma breve introdução sob o título de *El panorama de la filosofía española en 1936*, Abellán destaca o momento de ebulição cultural que ocorria na Espanha nos anos anteriores à Guerra Civil e ao conseqüente exílio—com o surgimento das chamadas Escolas de Madrid e Barcelona, por exemplo—procurando mostrar o prejudicial rompimento no pensamento espanhol que este acabou por causar. Neste capítulo, o autor cita Eduardo Nicol para corroborar sua tese: "*La terrible guerra civil detuvo sin embargo, hasta lo más hondo todo ese caudaloso movimiento cultural en España, que*

indudablemente hubie-se dado espléndidos frutos, de haberse desenvuelto orgánica u naturalmente. Las generaciones se dispersaron, las personas siguieron rutas diferentes". [4]

A citação acima é retirada por Abellán do livro *El problema de la filosofía hispanica*, de Eduardo Nicol, filósofo da polêmica Escola de Barcelona, e que justamente era uma das pessoas que, enquanto influenciada por Ortega, não seguia seu pensamento. Nicol foi para o México como exilado, e foi, como já se frisou, um dos filósofos que causou um grande impacto na América hispânica. Esta obra foi o segundo livro a ser analisado na pesquisa, e, em particular, seu capítulo intitulado *La Escuela de Barcelona*, no qual o filósofo discute a polêmica a cerca da própria existência de tal escola ao lhe conceber como uma.

A polêmica surge pela Escola de Barcelona não possuir um mestre, não possuir uma data à qual se possa atribuir sua constituição ou uma unidade doutrinaria, o que torna difícil precisar aqueles que a ela pertenceriam. No entanto, como diz Nicol, "*algo tiene que haber ahí, porque no sería posible, ni con escaso fundamento, hablar siquiera de tal Escuela filosófica si no hubiera un algo de que asirse*". [5]

Ademais, ao defender sua tese da existência de tal Escola, Nicol demonstra seu antagonismo a Ortega e seus seguidores através da seguinte passagem: "*Si al haber la cuenta de la filosofía española se pone en su haber solamente a la Escuela de Madrid, entendiendo por tal exclusivamente la que forman Ortega y sus cuatro o cinco auténticos discípulos, es manifiesto que el volumen de lo que así queda excluído resulta demasiado considerable para que la omisión no aparezca forzada, transparente de intención*". [6]

Posteriormente, foi rapidamente analisada a obra *História da Filosofia*, de Julián Marías, colocando-se ênfase nos capítulos referentes à filosofia espanhola. Julián Marías fora um contemporâneo de Nicol, e um dos maiores discípulos de Ortega, fazendo parte da chamada "Terceira Espanha", e não se filiando, portanto, nem aos republicanos e nem aos franquistas, mas vivendo na Espanha uma espécie de exílio virtual, como o próprio Ortega. O livro inclui um epílogo do próprio Ortega, nele demonstra um pouco de sua filosofia de vida, e analisa o movimento que faz a filosofia ao longo de sua história, como se cada nova filosofia procurasse negar aquelas que são a ela anteriores. [7]

Tendo em vista a importância já destacada de Ortega y Gasset, foi longamente discutida outra obra de José Luis Abellán intitulada *Ortega y Gasset e los orígenes de la transición democrática*, onde o filósofo e historiador não apenas narra a vida de Ortega, como demonstra sua importância para o início da resistência ao franquismo. [8] O livro é uma espécie de biografia de Ortega y Gasset—que vai de seu nascimento até sua morte—assim como uma autobiografia de Abellán, que, nascido em Madrid em 1933 fará parte da chamada "geração de 1956".

Esta geração dará início a uma resistência mais aberta ao franquismo dentro da própria Espanha—papel este que, anteriormente, era representado pelos filósofos exilados, que procuravam, da América, denunciar os abusos do franquismo, servindo como uma espécie de "legado moral da Guerra Civil espanhol". Ao descrever a resistência provinda do exílio, Abellán cita uma obra de Juan Marichal, datada de 1972: "*El balance de estas três décadas y media de historia política no es negativo: los exilados españoles han hecho políticamente caso todo lo que podía hacerse. Su presencia misma ha incidido constantemente sobre el régimen caudilista y ha contribuído a que este cambie y busque manera de responder al interrogante que es la existencia misma del exilio*". [9]

A geração de 1956 será caracterizada pelo uso da sociologia como instrumento de pesquisa; pela preocupação com o Marxismo e a anarquia, seja para com eles concordar ou não; por levar em conta os aspectos sócio-econômicos em qualquer disciplina; pela filosofia da ciência, a análise da língua e o positivismo lógico; e, do ponto político, por um "*sentimiento democrático y una desradicalización política que les llevaría a un conformismo*

crítico, por el que estaria de algún modo adaptado al sistema, aunque manteniendo una postura crítica frente al mismo". [10]

A tese de Abellán é que este movimento de transição do franquismo para a democracia terá como um marco essencial a morte de Ortega, em 1955. Naquela época, o filósofo vivia na Espanha, pertencendo, como Julián Marías, ao grupo denominado "Terceira Espanha", sendo visto em seu país como antagônico ao franquismo, e, por isso, vivendo em uma espécie de exílio virtual. Em 1955, Ortega há anos já havia sido expulso de sua cátedra de Metafísica na Faculdade de Filosofia e Letras de Madrid, e não podia ter suas obras publicadas, por não receberem estas a autorização do Governo.

Ortega havia no começo de sua vida apoiado a II República, mas, quando esta finalmente se estabeleceu, o filósofo pareceu ter sido decepcionado, chegando a afirmar que *"nos han hecho una república triste y agria"* [11]. No entanto, Ortega tampouco apoiava o franquismo, e defendia a idéia de um Estado laico—idéia esta absolutamente incompatível com os ideais da chamada "Nova Espanha".

Sua posição religiosa, durante toda a vida, sempre havia sido de um "acatolicismo", como demonstra sua seguinte fala: *"Yo, señores, no soy católico y desde mi mocedad he procurado que hasta los humildes detalles de mi vida privada queden formalizados acatólicamente, pero no estoy dispuesto a dejar de me imponer por los mascarones de proa de un arcaico anticlericalismo."* [12]

Apesar da posição claramente não-anticlerical de Ortega, este foi visto pela Igreja como um herege, e teve suas obras incluídas no chamado Índice, que proibia os católicos de as lerem sem autorização ou motivos suficientes, tirados, portanto, de todas as bibliotecas. Esta campanha da Igreja para proibir as obras de Ortega, segundo Abellán, não era feita apenas como uma forma de atacar o filósofo, mas todo o pensamento liberal espanhol, ou, nas palavras de Julián Marías, *"una ofensiva contra Ortega y todo lo que representaba"*. Para um regime tão absoluto, a idéia de Marías de conciliar o orteguismo e o catolicismo não era possível. [13]

Nos anos quarenta e cinquenta surgem diversas obras—muitas escritas por membros do clero—que procuravam denegrir a figura e a filosofia orteguiana. Entre elas, estão *Ortega y Gasset: su persona y su doctrina* e *La ruta mental de Ortega*, ambas de Joaquín Iriarte; *José Ortega y Gasset: pensamiento y trayectoria*, de José Sánchez Villaseñor; *Filosofía y vida. Cuatro ensayos sobre actitudes*, de Juan Roig Gironella; e *La filosofía de Ortega y Gasset*, de Santiago Ramírez. Este último livro, escrito pelo dominicano catedrático da Pontifícia Universidade de Salamanca, foi publicado após a morte do filósofo, e, segundo o próprio autor, tinha o objetivo de *"demonstrar que el pensamiento filosófico de Ortega es contrario a los dogmas y principios de la religión católica y que su lectura es peligrosa para quienes aceptan la fe y el magisterio de la Iglesia"*. [14]

Ortega, com seu estado de saúde já comprometido deste maio de 1955, morre em 18 de outubro daquele ano. Narra Abellán que, ao receber a notícia de um professor que o filósofo estava doente, ficou estupefato, por a imprensa não ter adiantado qualquer informação neste sentido. No dia 19, não podendo mais ser ocultada a informação, os jornais anunciam a morte de Ortega, e anunciado dia de luto nacional. Este, no entanto, se de através de estritas normas para homenagear o filósofo, sendo acordado que cada jornal apenas poderia publicar três artigos sobre o fato, mas que todos estes deveriam ressaltar os erros de Ortega em matéria religiosa.

Houve, por parte do Estado e da imprensa por este controlada, uma manipulação ideológica da morte de Ortega, sendo dito pelos jornais que, na hora de sua morte, Ortega havia se arrependido e convertido politicamente. Esta manipulação, junto com o sentimento de frustração de não terem tido a oportunidade de aprender do célebre mestre, revoltou diversos alunos da Universidade de Madrid—entre estes Abellán—que resolveram fazer sua

homenagem particular a Ortega, e, alguns dias após sua morte, em seu túmulo, leram um bonito documento, do qual consta a seguinte passagem:

"Es el homenaje de la juventud universitaria, de los universitarios sin universidad que somos, de los que hemos tenido que aprender muchas cosas fuera de las aulas, en libros que no son de texto, en idiomas que no son el español. Somos discípulos sin maestros. Entre Ortega y Gasset y nosotros hay un espacio vacío o mal ocupado. Notamos cada día que falta algo, que nos falta alguien. Nadie nos dice para qué vale la Universidad. Y estamos seguros ya de que vale para muy poco, y de que es necesario cambiarla mucho. Pero nadie nos dice cómo, nadie defiende que nosotros somos la base de la Universidad". [15]

Fica claro no trecho acima o sentimento inicial de revolta daqueles estudantes, sentimento este que, após alguns outros confrontos com proibições do governo e embates com membros do SEU (*Sindicato Español Universitario*)—a única organização estudantil legal durante o franquismo—, acaba se intensificando, crescendo, e culminando na já previamente mencionada resistência interna ao franquismo, dando assim origem à transição democrática.

Em uma nova fase da pesquisa, começa a abordagem do lado mais jurídico da filosofia através do estudo da tese de doutorado de Benjamin Rivaya: *Filosofía del derecho y primer franquismo (1937-1945)*, onde o autor faz uma análise da filosofia produzida nos anos anteriores, durante e após a Guerra Civil, com o foco na filosofia do Direito que tinha suas bases ideológicas no franquismo, e em como a "Nova Espanha" passa a ser construída com a influência de diversos iusfilósofos. [16]

Introdutoriamente, o autor procura caracterizar de forma geral a filosofia do Direito produzida durante aqueles anos, afirmando que a que imperou foi a chamada "doutrina jurídica oficial", que era a filosofia jurídica escolástica católica. Afirma também Ravaya que não se pode deixar de ter em mente a ideologia que permeia toda e qualquer filosofia, e que, no franquismo, influenciou em muito os filósofos do Direito.

No entanto, o autor ressalta— combatendo aqueles que dizem não ter sido produzida filosofia durante aquele período por esta estar tomada pela ideologia— que *"pudiera que no todo fuera filosofía, pero también que no todo fuera ideología. En la historia de un pueblo hay mayores y peores momentos, pero no creo que los haya tan malos que imposibiliten algún tipo de reflexión regurosa. En este sentido, aunque fuera mínima la cantidad, podría haber alguna filosofía, verdadera filosofía, ainda estremezclada con ese otro pensamiento directamente funcional"*. [17]

Durante os capítulos referentes aos anos de 1936 ao ano de 1940 o autor irá focar em filósofos do Direito que, seja pela ligação com a Igreja, seja pela ligação com a Falange, ou por uma ligação com Franco, irão apoiar o regime franquista, procurar legitimar o levante contra a II República, e construir as bases jurídicas e políticas para a "Nova Espanha", como Gonzáles Oliveiros, Legaz Lacambra, Mariano Puigdollers e Corts Grau. Todos estes pensadores iriam ocupar, de uma forma ou de outra lugares relativamente importantes durante o primeiro franquismo, podendo-se destacar a posição de Oliveiros, que ocupou relevante posição na reconstrução da academia, após o exílio de diversos catedráticos.

Ravaya, ao falar do exílio, chega a citar Julián Marías, discípulo de Ortega que fica na Espanha, para caracterizar o fenômeno: *"La gran mayoría de la emigración intelectual no se procede en 1939, al final de la guerra, sino en 1936, a su comienzo. Es decir, que consideraban los escritores o profesores que optaran por salir de la España que la libertad estaba perdida en todo caso, que no se podía trabajar—acaso simplemente vivir— con algún decoro"*. [18]

Argumenta o autor que os livros escritos pelos filósofos do Direito naquela época eram como armas ideológicas, e procuravam justificar o porquê do levantamento contra o governo republicano, devendo-se moralmente justificar a guerra. Os autores franquistas viam os republicanos como aqueles que queriam aniquilar a religião e o patriotismo, indo assim contra

o Estado de Direito. Argumentava-se que o levantamento era um da "verdadeira" Espanha—nacionalista e católica—contra uma suposta "anti-Espanha", e, como argumenta Oliveiros, se um estrangeiro não entendesse estes motivos, era por conta do extraordinário "modo de ser" dos espanhóis.

São colocados tanto o liberalismo quanto o comunismo como os inimigos da Espanha, e, como a solução para tal, o fascismo. Este, no entanto, era problemático de ser conciliado com uma volta à Ideada Média, proposta tanto pelo nacionalismo hispânico—que procurava voltar aos tempos de glória de seu país— quanto pela Igreja Católica.

Legaz Lacambra irá desenvolver então a teoria do totalitarismo humanitário, através da qual se concebia um Estado forte para garantir o valor do homem como um fim em si mesmo. Segundo Ravaya: "*Había que superar lo que se consideraba una antítesis, pues la persona no era frente a la comunidad, ni el individuo frente al Estado, sino que deberían integrarse en un nuevo orden, en que el Estado y el hombre, la persona y la patria participaran 'en una unidad indestructible', donde rigieran los principios morales comunes a la humanidad.*". [19] Rivaya chamará o Estado nesta teoria de "peculiarmente totalitário", uma vez que colocava o foco da questão no homem, enquanto não deixava de lado o Estado, sendo este um dos fundamentos e legitimações do franquismo.

Conclusões

Durante o primeiro ano, diversas conclusões puderam ser tiradas da pesquisa sobre tão amplo tema.

Em primeiro lugar, é preciso frisar a importância que Ortega, como pensador e pessoa, teve para os acontecimentos daquela época. Ortega é a prova de que algo de revolucionário estava ocorrendo no pensamento espanhol do início do século XX, e que diversos e brilhantes pensadores estavam desenvolvendo suas idéias na Espanha, cada vez mais na busca de uma filosofia espanhola, e ao mesmo tempo cada vez mais antenados com os acontecimentos europeus e a filosofia européia. Ademais, a forma de ensino que vinha sendo realizada nas universidades espanholas era revolucionária, e a interdisciplinariedade era uma das características desta nova forma de ensino.

Contudo, com o advento da Guerra Civil, a forma orgânica como o pensamento estava se desenvolvendo foi absolutamente quebrada, e, enquanto muitos filósofos continuaram a escrever e passar suas idéias em aulas e artigos, é impossível excluí-los de sua nova circunstância. Mesmo com relação àqueles que apoiavam Franco, é possível preliminarmente concluir que suas filosofias foram afetadas pela necessidade, mesmo que não evidente, de incluir e se adequar a uma ideologia que guiaria o governo franquista. Sendo assim, vale aqui lembrar a célebre frase de Ortega y Gasset "Eu sou eu e minha circunstância", e nunca negligenciar o contexto histórico e político de algo que aparenta ser tão abstrato quanto a filosofia.

Referências:

- 1 - ABELLÁN, José L. **El exilio filosófico en América: Los transterrados de 1939**. Fondo de Cultura Económica: Madrid, 1998.
- 2 - Idem, pg. 27.
- 3 - Idem, pg. 29.
- 4 - Idem, pg. 20.
- 5 - NICOL, Eduardo. **El problema de la filosofía hispánica**. Editora Tecnos: Madrid, 1961, pg. 165.

6 -Idem, pg. 191.

7 - MARÍAS, Julián. **História da filosofia**. Martins Fontes: São Paulo, 2004.

8 - ABELLÁN, José L. **Ortega y Gasset e los orígenes de la transición democrática**. Espasa Calpe: Madrid, 2005.

9 - Idem, pg. 271.

10 - Idem, pg. 268.

11 - Idem, pg. 100.

12 - Idem, pg. 101.

13 - Idem, pg. 234.

14 - Idem, pg. 235.

15 - Idem, pg. 221

16 - RIVAYA, Benjamín. **Filosofía del Derecho y primer franquismo (1937-1945)**. Centro de Estudios Políticos y Constitucionales: Madrid, 1998.

17 - Idem, pg. 30.

18 - Idem, pg. 52.

19 - Idem, pgs. 123 e 124.